



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

NOTA INFORMATIVA Nº 29/2018-SEI-COPLI/CGRL/SPOA/SE

**PROCESSO Nº 52007.100290/2017-81**

**INTERESSADO: MDIC**

### 1. ASSUNTO

1.1. Pregão Eletrônico nº 5/2018 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados diversos, nas categorias de ascensorista, carregador de móveis, recepcionista, fiscal predial, almoxarife, jardineiro, arquivista de documentos, técnico em sonorização e montador de móveis e artefatos semelhantes, sob a forma de execução indireta, por posto de trabalho e sob demanda, para atender o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC e suas unidades administrativas localizadas no Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### 2. REFERÊNCIAS

2.1. EDITAL Nº 5/2018 - SEI nº 0301992.

### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se do Pregão Eletrônico nº 5/2018, publicado nos canais de divulgação, imprensa oficial, jornal de grande circulação e internet (SEI nº 0323733).

3.2. No dia 23 de abril de 2018, a empresa SEFIX, enviou por correio eletrônico alguns questionamentos acerca de disposições contidas no Edital e seus anexos, conforme listados em SEI nº 0327459.

3.3. O assunto foi avaliado em conjunto com a unidade técnica (Coordenação de Atividades Auxiliares), a qual emitiu posicionamento de esclarecimento às questões suscitadas (SEI nº 0327459).

### 4. QUESTIONAMENTO E ANÁLISE

4.1. Seguem listados os questionamentos formulados pela empresa, posteriormente, sua respectiva resposta produzida pela unidade técnica do MDIC:

"Prezados,

Boa tarde!

SEFIX – GESTÃO DE PROFISSIONAIS EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 13.258.899/0001-99, sediada em Brasília/DF, solicita os seguintes esclarecimentos a respeito do **Pregão Eletrônico Nº 05/2018**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação serviços terceirizados diversos, nas categorias de ascensorista, carregador de móveis, recepcionista, fiscal predial, almoxarife, jardineiro, arquivista de documentos, técnico em sonorização e montador de móveis e artefatos semelhantes, sob a forma de execução indireta, por posto de trabalho e sob demanda, para atender o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC e suas unidades administrativas localizadas no Distrito Federal:

1. Atualmente existe alguma empresa executando esses serviços? Se sim, qual o nome da empresa?

2. Os salários devem ser cotados de acordo com a planilha estimativa do edital, que considerou a proporcionalidade das 40h semanais, ou podem ser cotados integralmente?

3. As empresas que cotarem o valor integral do salário, de acordo com os valores previstos em CCT, serão desclassificadas?
4. Algum colaborador faz jus ao adicional de periculosidade ou insalubridade? Caso sim qual o grau a ser cotado nas planilhas de custos?
5. As licitantes deverão cotar obrigatoriamente o plano de saúde previsto na convenção coletiva no valor de R\$ 139,00, assistência odontológica no valor de 9,90, bem como o auxílio funeral/seguro de vida de R\$ 1,50, conforme cláusulas da convenção coletiva da categoria SINDSERVIÇOS/DF? A empresa que não cotar os 3 benefícios citados será desclassificada?
6. A atual convenção coletiva determinou que os encargos sociais mínimos sejam de 80,07%. As empresas que cotarem percentual inferior serão desclassificadas?
7. Conforme entendimento do TCU, "nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada (Acórdão nº 744/2015-2ª Câmara). Com efeito, em regra, tratando-se de licitação para contratação de mão de obra terceirizada, somente poder-se-ia exigir que o atestado verse sobre gestão e administração de mão de obra, não podendo especificar a natureza do serviço a ser prestado. De fato, é essa a orientação que deve ser seguida por toda Administração Pública nos certames relativos à terceirização de mão de obra. Contudo, o entendimento do TCU admite temperamentos, conforme se observa no próprio Acórdão nº 744/2015-2C: "nos casos excepcionais que fujam a essa regra, devem ser apresentadas justificativas fundamentadas para a exigência, ainda na fase interna da licitação, nos termos do art. 16, inciso I, da IN 02/08 SLTI". Para tanto, é preciso que haja no processo, ainda na fase interna da licitação (antes da publicação do edital), justificativa fundamentada do Órgão Técnico no sentido de ser exigida a experiência específica da empresa na prestação de determinado serviço. Pergunto: Levando em conta a fundamentação apresentada é correto afirmar que serão aceitos atestados de qualquer natureza semelhante de mão-de-obra para atender aos requisitos de habilitação do presente certame?

Atenciosamente,"

4.2. Em alusão aos tópicos correspondentes aos itens de 1 a 7, esclarece-se:

**"1. Atualmente existe alguma empresa executando esses serviços? Se sim, qual o nome da empresa?"**

**Resposta:** Sim, em parte. Existe a prestação do serviço por meio dos Contratos Administrativos nº 12/2016 e nº 14/2015, porém, a proposta de contratação atual considera a necessidade de novos postos. Os postos de Ascensorista, Carregador de Móveis, Fiscal Predial, Recepcionista e Almoxarife fazem parte do contrato nº 12/2016 para prestação de serviços de mão de obra terceirizada executado pela empresa EXACT CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME. Com relação ao posto de Jardineiro a empresa SOUSA & SILVA SUPERA SERVICOS-EMPRESARIAIS LTDA-ME fornece o serviço por meio do Contrato Administrativo nº 14/2015. Para os demais postos previstos na licitação atual, descritos no Instrumento Convocatório, (técnico de som, arquivista e montador de móveis) não possuímos contratos.

**"2. Os salários devem ser cotados de acordo com a planilha estimativa do edital, que considerou a proporcionalidade das 40h semanais, ou podem ser cotados integralmente?"**

**Resposta:** Esclarece-se que a formulação dos preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório. A carga horária estipulada para os casos de postos de trabalhos está definida no item 8 do Termo de Referência, Anexo I do Edital. Já os custos estimados pela Administração compõem a planilha, também integrante do Instrumento Convocatório. Importante mencionar a Orientação Jurisprudencial nº 358/TST-SDI-I, de 11 de julho de 2017, do Tribunal Superior do Trabalho, a saber:

**358. SALÁRIO MÍNIMO E PISO SALARIAL PROPORCIONAL À JORNADA REDUZIDA. EMPREGADO. SERVIDOR PÚBLICO (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.02.2016) - Res. 202/2016, DEJT divulgado em 19, 22 e 23.02.2016**

I - Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.

Convém lembrar que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**"3. As empresas que cotarem o valor integral do salário, de acordo com os valores previstos em CCT, serão desclassificadas?"**

**Resposta:** Esclarece-se que a formulação dos preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório, bem como as regras de julgamento das propostas de preços, no item 10. Já os custos estimados pela Administração compõem a planilha, também integrante do Instrumento Convocatório (Anexo B do Termo de Referência). Reiteramos que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**"4. Algum colaborador faz jus ao adicional de periculosidade ou insalubridade? Caso sim qual o grau a ser cotado nas planilhas de custos?"**

**Resposta:** Esclarece-se que a formulação dos preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório, bem como as regras de julgamento das propostas de preços, no item 10. Já os custos estimados pela Administração compõem a planilha, também integrante do Instrumento Convocatório (Anexo B do Termo de Referência). As características e as atribuições dos postos de trabalho e dos demais serviços ora licitados estão elencados objetivamente no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Novamente lembramos que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**"5. As licitantes deverão cotar obrigatoriamente o plano de saúde previsto na convenção coletiva no valor de R\$ 139,00, assistência odontológica no valor de 9,90, bem como o auxílio funeral/seguro de vida de R\$ 1,50, conforme cláusulas da convenção coletiva da categoria SINDSERVIÇOS/DF? A empresa que não cotar os 3 benefícios citados será desclassificada?"**

**Resposta:** Esclarece-se que a formulação dos preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório, bem como as regras de julgamento das propostas de preços, no item 10. Já os custos estimados pela Administração compõem a planilha, também integrante do Instrumento Convocatório (Anexo B do Termo de Referência). O **preço estimativo** da Administração não contempla a provisão de "plano de saúde" em razão de entendimento recorrente e reiterado, adotado por este Ministério em outras estimativas de preços para prestação de mão de obra, com respaldo notadamente no **Parecer nº 00451/2016/CONJUR-MDIC/CGU/AGU**, no **Acórdão nº 1248/2009 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União/TCU** e no **Parecer nº 15/2014/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU**. Convém lembrar que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**"6. A atual convenção coletiva determinou que os encargos sociais mínimos sejam de 80,07%. As empresas que cotarem percentual inferior serão desclassificadas?"**

**Resposta:** Esclarece-se que a formulação dos preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório, bem como as regras de

julgamento das propostas de preços, no item 10. Convém lembrar que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**"7. Conforme entendimento do TCU, "nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada (Acórdão nº 744/2015-2ª Câmara). Com efeito, em regra, tratando-se de licitação para contratação de mão de obra terceirizada, somente poder-se-ia exigir que o atestado verse sobre gestão e administração de mão de obra, não podendo especificar a natureza do serviço a ser prestado. De fato, é essa a orientação que deve ser seguida por toda Administração Pública nos certames relativos à terceirização de mão de obra. Contudo, o entendimento do TCU admite temperamentos, conforme se observa no próprio Acórdão nº 744/2015-2C: "nos casos excepcionais que fujam a essa regra, devem ser apresentadas justificativas fundamentadas para a exigência, ainda na fase interna da licitação, nos termos do art. 16, inciso I, da IN 02/08 SLTI". Para tanto, é preciso que haja no processo, ainda na fase interna da licitação (antes da publicação do edital), justificativa fundamentada do Órgão Técnico no sentido de ser exigida a experiência específica da empresa na prestação de determinado serviço. Pergunto: Levando em conta a fundamentação apresentada é correto afirmar que serão aceitos atestados de qualquer natureza semelhante de mão-de-obra para atender aos requisitos de habilitação do presente certame?"**

**Resposta:** Reiteramos que para fins de habilitação no certame, em sua análise serão consideradas as exigências enumeradas no item 11 do Instrumento Convocatório, dentre as quais os itens **Relativos à Qualificação Técnica, que descreve sobre os requisitos de compatibilidade dos Atestados de Capacidade Técnica.**

## 5. CONCLUSÃO

5.1. Uma vez prestados os esclarecimentos pertinentes, faremos a comunicação à interessada, bem como disponibilizaremos o assunto por meio do portal eletrônico do MDIC.

5.2. Sugerimos ainda consulta a NOTA INFORMATIVA Nº 24/2018-SEI-COPLI/CGRL/SPOA/SE, disponível no [site do MDIC](#).

5.3. A data para a abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 5/2018 continua agendada para o dia **27 de abril de 2018, às 10:00 horas.**



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE CORDEIRO LOPES, Pregoeiro(a)**, em 24/04/2018, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdic.gov.br/validador>, informando o código verificador **0327461** e o código CRC **2E1F920F**.

**E-mail 6 (0327836)**

**Data de Envio:**

24/04/2018 17:01:16

**De:**

MDIC/Caixa Institucional de Licitação <licitacao@mdic.gov.br>

**Para:**

comercial@gruposefix.com.br

**Assunto:**

Nota Informativa nº 29/2018 - Pregão nº 5/2018 - MDIC

**Mensagem:**

Em resposta à presente solicitação de esclarecimento, informamos que os tópicos suscitados foram objeto de análise conjunta com a área técnica, estando compilada na NOTA INFORMATIVA Nº 29/2018-SEI-COPLI/CGRL/SPOA/SE, que segue para conhecimento de Vossa Senhoria.

Solicitamos confirmar o recebimento desta mensagem.

Atenciosamente,

André Cordeiro Lopes  
Pregoeiro

**Anexos:**

Nota\_\_Informativa\_0327461.html

**De:** comercial@gruposefix.com.br  
**Enviado em:** segunda-feira, 23 de abril de 2018 14:41  
**Para:** - CGRL/LICITACAO  
**Assunto:** PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PE N° 05/2018 - APOIO - MDIC

Prezados,  
Boa tarde!

SEFIX – GESTÃO DE PROFISSIONAIS EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 13.258.899/0001-99, sediada em Brasília/DF, solicita os seguintes esclarecimentos a respeito do **Pregão Eletrônico N° 05/2018**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação serviços terceirizados diversos, nas categorias de ascensorista, carregador de móveis, recepcionista, fiscal predial, almoxarife, jardineiro, arquivista de documentos, técnico em sonorização e montador de móveis e artefatos semelhantes, sob a forma de execução indireta, por posto de trabalho e sob demanda, para atender o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC e suas unidades administrativas localizadas no Distrito Federal:

1. Atualmente existe alguma empresa executando esses serviços? Se sim, qual o nome da empresa?
2. Os salários devem ser cotados de acordo com a planilha estimativa do edital, que considerou a proporcionalidade das 40h semanais, ou podem ser cotados integralmente?
3. As empresas que cotarem o valor integral do salário, de acordo com os valores previstos em CCT, serão desclassificadas?
4. Algum colaborador faz jus ao adicional de periculosidade ou insalubridade? Caso sim qual o grau a ser cotado nas planilhas de custos?
5. As licitantes deverão cotar obrigatoriamente o plano de saúde previsto na convenção coletiva no valor de R\$ 139,00, assistência odontológica no valor de 9,90, bem como o auxílio funeral/seguro de vida de R\$ 1,50, conforme cláusulas da convenção coletiva da categoria SINDSERVIÇOS/DF? A empresa que não cotar os 3 benefícios citados será desclassificada?
6. A atual convenção coletiva determinou que os encargos sociais mínimos sejam de 80,07%. As empresas que cotarem percentual inferior serão desclassificadas?
7. Conforme entendimento do TCU, "nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada (Acórdão nº 744/2015-2ª Câmara). Com efeito, em regra, tratando-se de licitação para contratação de mão de obra terceirizada, somente poder-se-ia exigir que o atestado verse sobre gestão e administração de mão de obra, não podendo especificar a natureza do serviço a ser prestado. De fato, é essa a orientação que deve ser seguida por toda Administração Pública nos certames relativos à terceirização de mão de obra. Contudo, o entendimento do TCU admite temperamentos, conforme se observa no próprio Acórdão nº 744/2015-2C: "nos casos excepcionais que fujam a essa regra, devem ser apresentadas justificativas fundamentadas para a exigência, ainda na fase interna da licitação, nos termos do art. 16, inciso I, da IN 02/08 SLTI". Para tanto, é preciso que haja no processo, ainda na fase interna da licitação (antes da publicação do edital), justificativa fundamentada do Órgão Técnico no sentido de ser exigida a experiência específica da empresa na prestação de determinado serviço. Pergunto: Levando em conta a fundamentação apresentada é correto afirmar que serão aceitos atestados de qualquer natureza semelhante de mão-de-obra para atender aos requisitos de habilitação do presente certame?

Atenciosamente,



**GABRIEL VIDAL**  
**DEPARTAMENTO COMERCIAL**

 **(61) 3234-3202**

 **COMERCIAL@GRUPOSEFIX.COM.BR**

Nós entendemos do assunto. Terceirizar é com a gente.

## - CGRL/LICITACAO

**De:** - CGRL/LICITACAO  
**Enviado em:** segunda-feira, 23 de abril de 2018 17:25  
**Para:** Ricardo Alves de Almeida  
**Cc:** Lucas Cavalcante de Alencar; Cândida Emanuela de Jesus; Marina Vieira Marinho; Paulo Victor Vigneron Turra Bastos  
**Assunto:** Pedido de Esclarecimento\_Pregão Eletrônico nº 5/2018  
**Anexos:** PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PE Nº 05/2018 - APOIO - MDIC

Destinatário	Entrega	Ler
Ricardo Alves de Almeida	Entregue: 23/04/2018 17:25	
Lucas Cavalcante de Alencar	Entregue: 23/04/2018 17:25	Lida: 24/04/2018 11:10
Cândida Emanuela de Jesus	Entregue: 23/04/2018 17:25	
Marina Vieira Marinho	Entregue: 23/04/2018 17:25	Lida: 23/04/2018 20:48
Paulo Victor Vigneron Turra Bastos	Entregue: 23/04/2018 17:25	

À Coordenação de Atividades Auxiliares,

Fazemos referência ao Pregão Eletrônico nº 5/2018, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados diversos, nas categorias de ascensorista, carregador de móveis, recepcionista, fiscal predial, almoxarife, jardineiro, arquivista de documentos, técnico em sonorização e montador de móveis e artefatos semelhantes, sob a forma de execução indireta, por posto de trabalho e sob demanda, para atender o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC e suas unidades administrativas localizadas no Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Solicitamos exame e manifestação dessa unidade demandante, com relação aos questionamentos suscitados pela empresa SEFIX, anexo, no que concerne aos aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

Na oportunidade, informamos que a data de abertura da sessão está prevista para ocorrer no dia 27/04/2018, às 10:00 horas.

Comunicamos ainda que o Edital e demais informações correlatas estão disponíveis no processo nº 52007.100290/2017-81, bem como no [site do MDIC](#).

Atenciosamente,

André Cordeiro Lopes  
Pregoeiro  
**Coordenação Geral de Recursos Logísticos**  
**Coord. de Compras e Proc. Licitatórios**  
**Serviço de Proc. de Compras**  
Tel.: +55 61 2027-8156





## - CGRL/LICITACAO

---

**De:** Ricardo Alves de Almeida  
**Enviado em:** segunda-feira, 23 de abril de 2018 19:42  
**Para:** - CGRL/LICITACAO  
**Cc:** Lucas Cavalcante de Alencar; Cândida Emanuela de Jesus; Marina Vieira Marinho; Paulo Victor Vigneron Turra Bastos  
**Assunto:** RES: Pedido de Esclarecimento\_Pregão Eletrônico nº 5/2018  
**Prioridade:** Alta

Ao Pregoeiro,

A partir das solicitações de esclarecimentos objeto desta mensagem, a fim de apoiar os trabalhos concernentes ao Pregão Eletrônico, na forma do Art. 12 do Decreto nº 5.450/2005, temos a informar o que segue:

**1. Atualmente existe alguma empresa executando esses serviços? Se sim, qual o nome da empresa?**

Sim, em parte. Existe a prestação do serviço por meio dos Contratos Administrativos nº 12/2016 e nº 14/2015, porém, a proposta de contratação atual considera a necessidade de novos postos. Os postos de Ascensorista, Carregador de Móveis, Fiscal Predial, Recepcionista e Almoхарife fazem parte do contrato nº 12/2016 para prestação de serviços de mão de obra terceirizada executado pela empresa EXACT CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME. Com relação ao posto de Jardineiro a empresa SOUSA & SILVA SUPERA SERVICOS- EMPRESARIAIS LTDA – ME fornece o serviço por meio do Contrato Administrativo nº 14/2015. Para os demais postos previstos na licitação atual, descritos no Instrumento Convocatório, (técnico de som, arquivista e montador de móveis) não possuímos contratos.

**2. Os salários devem ser cotados de acordo com a planilha estimativa do edital, que considerou a proporcionalidade das 40h semanais, ou podem ser cotados integralmente?**

Esclarece-se que a formulação do preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório.

A carga horária estipulada para os casos de postos de trabalhos está definida no item 8 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Já os custos estimados pela Administração compõem a planilha, também integrante do Instrumento Convocatório.

Importante mencionar a Orientação Jurisprudencial nº 358/TST-SDI-I, de 11 de julho de 2017, do Tribunal Superior do Trabalho, a saber:

**358. SALÁRIO MÍNIMO E PISO SALARIAL PROPORCIONAL À JORNADA REDUZIDA. EMPREGADO. SERVIDOR PÚBLICO (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.02.2016) - Res. 202/2016, DEJT divulgado em 19, 22 e 23.02.2016**

I - Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.

Convém lembrar que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**3. As empresas que cotarem o valor integral do salário, de acordo com os valores previstos em CCT, serão desclassificadas?**

Esclarece-se que a formulação do preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório, bem como as regras de julgamento das propostas de preços, no item 10.

Já os custos estimados pela Administração compõem a planilha, também integrante do Instrumento Convocatório.

Convém lembrar que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**4. Algum colaborador faz jus ao adicional de periculosidade ou insalubridade? Caso sim qual o grau a ser cotado nas planilhas de custos?**

Esclarece-se que a formulação do preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório, bem como as regras de julgamento das propostas de preços, no item 10.

Já os custos estimados pela Administração compõem a planilha, também integrante do Instrumento Convocatório.

As características e as atribuições dos postos de trabalho e dos demais serviços ora licitados estão elencados objetivamente no termo de referência, Anexo I do Edital.

Convém lembrar que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**5. As licitantes deverão cotar obrigatoriamente o plano de saúde previsto na convenção coletiva no valor de R\$ 139,00, assistência odontológica no valor de 9,90, bem como o auxílio funeral/seguro de vida de R\$ 1,50, conforme cláusulas da convenção coletiva da categoria SINDSERVIÇOS/DF? A empresa que não cotar os 3 benefícios citados será desclassificada?**

Esclarece-se que a formulação do preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório, bem como as regras de julgamento das propostas de preços, no item 10.

Já os custos estimados pela Administração compõem a planilha, também integrante do Instrumento Convocatório. O **preço estimativo** da Administração não contempla a provisão de “plano de saúde” em razão de entendimento recorrente e reiterado, adotado por este Ministério em outras estimativas de preços para prestação de mão de obra, com respaldo notadamente no Parecer nº 00451/2016/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, no Acórdão nº 1248/2009 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União/TCU, e no Parecer nº 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.

Convém lembrar que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

**6. A atual convenção coletiva determinou que os encargos sociais mínimos sejam de 80,07%. As empresas que cotarem percentual inferior serão desclassificadas?**

Esclarece-se que a formulação do preços pelos fornecedores deverá estar consonante ao item 7 do Instrumento Convocatório, bem como as regras de julgamento das propostas de preços, no item 10.

Convém lembrar que os comandos disciplinados pela Instrução Normativa nº 2/2008 vedam ingerência de preços privados por parte da Administração.

7. Conforme entendimento do TCU, "nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada (Acórdão nº 744/2015-2ª Câmara). Com efeito, em regra, tratando-se de licitação para contratação de mão de obra terceirizada, somente poder-se-ia exigir que o atestado verse sobre gestão e administração de mão de obra, não podendo especificar a natureza do serviço a ser prestado. De fato, é essa a orientação que deve ser seguida por toda Administração Pública nos certames relativos à terceirização de mão de obra. Contudo, o entendimento do TCU admite temperamentos, conforme se observa no próprio Acórdão nº 744/2015-2C: "nos casos excepcionais que fujam a essa regra, devem ser apresentadas justificativas fundamentadas para a exigência, ainda na fase interna da licitação, nos termos do art. 16, inciso I, da IN 02/08 SLTI". Para tanto, é preciso que haja no processo, ainda na fase interna da licitação (antes da publicação do edital), justificativa fundamentada do Órgão Técnico no sentido de ser exigida a experiência específica da empresa na prestação de determinado serviço. Pergunto: Levando em conta a fundamentação apresentada é correto afirmar que serão aceitos atestados de qualquer natureza semelhante de mão-de-obra para atender aos requisitos de habilitação do presente certame?

Reiteramos que para fins de habilitação no certame, em sua análise serão consideradas as exigências enumeradas no item 11 do Instrumento Convocatório, dentre as quais os itens Relativos à Qualificação Técnica, que descreve sobre os requisitos de compatibilidade dos Atestados de Capacidade Técnica.

---

**De:** - CGRL/LICITACAO

**Enviada em:** segunda-feira, 23 de abril de 2018 17:25

**Para:** Ricardo Alves de Almeida <Ricardo.Almeida@mdic.gov.br>

**Cc:** Lucas Cavalcante de Alencar <Lucas.Alencar@mdic.gov.br>; Cândida Emanuela de Jesus

<Candida.Jesus@mdic.gov.br>; Marina Vieira Marinho <marina.marinho@mdic.gov.br>; Paulo Victor Vigneron Turra Bastos <Paulo.Bastos@mdic.gov.br>

**Assunto:** Pedido de Esclarecimento\_Pregão Eletrônico nº 5/2018

À Coordenação de Atividades Auxiliares,

Fazemos referência ao Pregão Eletrônico nº 5/2018, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados diversos, nas categorias de ascensorista, carregador de móveis, recepcionista, fiscal predial, almoxarife, jardineiro, arquivista de documentos, técnico em sonorização e montador de móveis e artefatos semelhantes, sob a forma de execução indireta, por posto de trabalho e sob demanda, para atender o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC e suas unidades administrativas localizadas no Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Solicitamos exame e manifestação dessa unidade demandante, com relação aos questionamentos suscitados pela empresa SEFIX, anexo, no que concerne aos aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

Na oportunidade, informamos que a data de abertura da sessão está prevista para ocorrer no dia 27/04/2018, às 10:00 horas.

Comunicamos ainda que o Edital e demais informações correlatas estão disponíveis no processo nº 52007.100290/2017-81, bem como no [site do MDIC](#).

Atenciosamente,

André Cordeiro Lopes

Pregoeiro

**Coordenação Geral de Recursos Logísticos**

***Coord. de Compras e Proc. Licitatórios***

***Serviço de Proc. de Compras***

**Tel.: +55 61 2027-8156**

